



Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda Modificativa nº 24/2024

I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

Trata-se de Emenda Modificativa, de autoria do vereador Beto Carvalho, que **“Altera o inciso i do § 1º do art. 4º do projeto de lei nº 125/2024.”**

O projeto está acompanhado de justificativa, na qual consta que a presente medida se trata de Emenda modificativa ao Projeto de Lei 125/2024 que estima a receita e fixa despesa do Município de Monte Mor para o exercício de 2025. Pretendendo o autor aumentar de 10% (dez por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) o limite de abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo através de Decreto.

II – ANÁLISE

Primeiramente, constata-se que a matéria tratada na propositura não afronta o Regimento Interno no seu art. 148, alínea g, e do artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor.

Art. 148. As proposições poderão consistir em:

- a) Propostas de Emenda à Lei Orgânica;
- b) Projetos de Lei Complementar;
- c) Projetos de Lei;
- d) Projetos de Decreto Legislativo;
- e) Projetos de Resolução;
- f) Substitutivos;
- g) *Emendas ou Subemendas*;
- h) Vetos;
- i) Medidas Provisórias;
- j) Recursos;
- l) Pareceres;
- m) Requerimentos;
- n) Indicações;
- o) Moções

Parágrafo único. Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos e não poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa. (grifo meu).

Estabelece na Constituição Federal de 1988 em seu Parágrafo 8º, art. 165;





Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Texto do Projeto de Lei nº 125/2024:

Art. 4º Fica o Executivo autorizado por meio de decreto, a abrir créditos suplementares em reforço às dotações orçamentárias mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, observados os limites:

I - de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 2º desta Lei; e
(...) (grifo meu)

Texto da Emenda Modificativa nº 24/2024:

Art. 4º (...)

I - de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 2º desta Lei; e”
(...) (grifo meu)

A Lei 4.320 de 1964 é composta por vários capítulos que tratam de diferentes aspectos do direito financeiro. Ela estabelece, por exemplo, as normas para a elaboração e execução do orçamento público, a forma como deve ser feita a contabilidade pública, as regras para a gestão dos recursos financeiros e a responsabilidade dos gestores públicos.

Essa lei é de extrema importância para garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Ela define as regras para o planejamento, a execução e o controle dos gastos públicos, garantindo que o dinheiro dos impostos seja utilizado de forma correta e responsável.

O Poder Executivo, desde 2022, tem 10% (dez por cento) de limite para abertura de créditos suplementares através de Decreto, e sem razoabilidade como foi apresentada pelo autor da Emenda Modificativa nº 24/2024 passando para 25% deixando o Executivo praticamente livre para o limite de abertura de créditos suplementares sem autorização do Poder Legislativo, o que aumentará o dever de fiscalização por parte do Poder Legislativo, que deverá acompanhar todas as publicações do Diário Oficial referentes aos decretos de suplementação de créditos.





Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

A Lei 4320 de 1964 é uma das leis mais importantes da administração pública, pois nela se define a aplicação dos recursos nos programas e políticas públicas que vão atender as necessidades da sociedade. Conforme já destacado na Emenda Modificativa nº 24/2024, para que o poder público possa desempenhar suas funções com critério, é necessário que haja um planejamento Orçamentário consistente, que estabeleça com clareza as prioridades de gestão administrativa dos recursos Públicos não havendo a necessidade de aumentar os créditos suplementares por Decreto.

Por fim, resta salientar que a matéria é legal e constitucional, por atender aos parâmetros de juridicidade, não contendo vícios que impeçam a sua tramitação.

Quanto a técnica legislativa, por se tratar de emenda relacionada ao orçamento anual, a mesma deve seguir o trâmite definido no Artigo 67, § 29 da Lei Orgânica, ou seja, deve seguir diretamente as Comissões Permanentes da Casa Legislativa, como passou por essa Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento que já emitiu parecer para apreciação, estando epígrafe e preâmbulo dentro das exigências Normativas. Os artigos estão numerados, com texto claro e conciso.

III- VOTO DO RELATOR

Pelo exposto, conclui-se que não há afronta aos princípios constitucionais, legais e a boa técnica legislativa, pelo que a **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** é pela **VIABILIDADE JURÍDICA** da tramitação da Emenda Modificativa nº 24/2024 ao Projeto de Lei 125/2024.

Plenário Vereador Dr. Mansour Assis, 03 de dezembro de 2024

Assinado Digitalmente Por: Valdirene
Joandsin da Silva
CPF: *****

Data: 04.12.2024



WAL DA FARMACIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
RELATORA

Assinado Digitalmente Por: Adilson
Paranhos
CPF: *****
Data: 04.12.2024



ADILSON PARANHOS
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO





Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

Assinado Digitalmente Por: Andrea

Aparecida Garcia Tardio

CPF: *****

Data:04.12.2024



ANDRÉA GÁRCIA
SECRETARIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Documento Assinado Digitalmente - Para conferir a autenticidade desse documento
acesse: <http://www.camaramontemor.sp.gov.br/autenticador> - Utilize a chave vSm-p2024-C3K

